



**Aliança pela Alimentação
Adequada e Saudável**

NOTA EM REPÚDIO AO CORTE DE RECURSOS FEDERAIS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL EM 2023

A Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável vem a público denunciar e repudiar o drástico corte de recursos para 2023 que o governo Bolsonaro pretende impor à área de Promoção da Saúde, que inclui os diferentes programas e ações de alimentação e nutrição, do Ministério da Saúde. **O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado pelo Ministério da Economia ao Congresso Nacional prevê um corte de 61% do orçamento para 2023 das ações de Promoção da Saúde, Alimentação e Nutrição e Atividade Física, reduzindo o orçamento de R\$ 175 milhões solicitados pelo Ministério da Saúde para menos de R\$ 68 milhões.** E enquanto corta recursos da promoção da saúde, o governo brasileiro segue concedendo benefícios fiscais bilionários para a indústria de refrigerantes na Zona Franca de Manaus, produto associado a doenças que colocam em risco a vida, o bem-estar e a capacidade de trabalho da população brasileira.

Para as ações de alimentação e nutrição, o orçamento previsto destina apenas R\$ 25 milhões de reais, um corte drástico dos atuais - e já exíguos - R\$ 66 milhões em 2022. Para a devida compreensão sobre a insensatez do corte, o valor mais baixo que o orçamento da área atingiu nos últimos 10 anos foi de R\$ 45 milhões em 2011, quase o dobro do previsto para 2023 sem considerar a inflação.

Com este corte de recursos, serão inviabilizados programas como a Estratégia Nacional de Prevenção e Cuidado à Obesidade Infantil - PROTEJA, que repassa recursos para os municípios desenvolverem um pacote de intervenções no âmbito do SUS e em parceria com outros setores (como educação, assistência social, agricultura, esportes, entre outros) para promover ambientes e cidades que possibilitem escolhas de vida mais saudáveis para crianças e famílias brasileiras; além de promover a identificação precoce da obesidade infantil e criar estratégias para melhorar o cuidado a essas crianças. Os valores investidos pelo PROTEJA já são baixos, e o corte orçamentário irá inviabilizá-lo por completo, interrompendo o atendimento a 2 milhões de crianças menores de 10 anos nos 1.320 municípios atendidos. Importante mencionar que o PROTEJA acabou de conquistar

um prêmio internacional, recebido pelo próprio Ministro da Saúde, que na ocasião anunciou o valor e o apoio à Estratégia.

Outras ações que serão impactadas com o corte de recursos para Alimentação e Nutrição são a 2ª fase do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), que avalia as práticas de aleitamento materno, de consumo alimentar, do estado nutricional, e as deficiências de micronutrientes de crianças menores de cinco anos. Dados fundamentais para definir, reorientar e reavaliar programas existentes de proteção e promoção da saúde das nossas crianças. Também ficam inviabilizadas inúmeras parcerias com universidades e organismos internacionais para implementação do Guia Alimentar para a População Brasileira e para Crianças Menores de Dois Anos, para elaboração de materiais e ações de educação permanente voltadas a profissionais da saúde, e para o monitoramento da redução de sal e açúcar em alimentos industrializados. O apoio financeiro aos municípios de médio e grande porte, existente desde 2006, para ações de Alimentação e Nutrição também estará comprometido.

Outro corte significativo atinge as políticas de promoção da atividade física, um direito social, tema prioritário da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e no Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil (2021-2030), comprovadamente um fator de proteção para doenças crônicas como diabetes, hipertensão arterial e obesidade. O Programa Academia da Saúde (PAS), criado em 2011, será afetado. O Ministério da Saúde custeia mensalmente ações em mais de 1.400 municípios, atendendo uma população de mais de 68 milhões de brasileiros e brasileiras. O atendimento não será mantido com o corte orçamentário previsto no PLOA, dos atuais R\$ 51 milhões de reais, para menos de R\$ 20 milhões em 2023.

A implementação de políticas de promoção da saúde no âmbito da atenção primária à saúde e para atenção a doenças crônicas não transmissíveis também foram reduzidas de R\$ 58 milhões para 22 milhões. Vale dizer que estas enfermidades são um dos principais desafios da saúde no país e no mundo.

Com base nestas informações, que são públicas e estão disponíveis no [Painel do Orçamento Federal](#), a Aliança conclama o Congresso Nacional a não aprovar o PLOA. E denuncia que o projeto de lei enviado pelo governo Bolsonaro irá inviabilizar a promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas no próximo ano, o que terá impactos severos na saúde e condições de vida, já ameaçadas, da nossa população.

Brasil, 29 de setembro de 2022.